

## INSTRUMENTOS DE PODER:

### NOVAS CLIVAGENS, IDEOLOGIA OU INDIVIDUALISMO RACIONAL

O caso do Rio Grande do Sul (2000-2014)<sup>1</sup>

Gustavo Giora<sup>2</sup> (UFFS)  
gustavo.giora@uffs.edu.br

Podemos falar de Clivagens em sistemas políticos Latino-americanos? Clivagens ainda fazem sentido? Para responder a essas perguntas, esta proposta de estudo tem como objetivo valorar tais questões dentro de um sistema bem particular, o das eleições majoritárias para o governo municipal e estadual no Rio Grande do Sul. Buscando analisar as eleições referidas no período de 1998 até 2014, medidos por indicadores de downsianos de estática e dinâmica ideológica, tratamos de iniciar um estudo que permita verificar, ou falsear, a proposição de que a polarização entre o Partido dos Trabalhadores e os demais atores políticos é uma ação racional deliberada que busca combater uma “clivagem fantasma”. Munidos das ferramentas metodológicas disponíveis dentro da teoria da escolha racional, em especial das criadas por Hotteling (1967) e das expectativas adaptativas na formulação de Arthur (1994) trataremos, neste primeiro ensaio, buscar a existência dos primeiros indícios capazes de sustentar nossas hipóteses. Os primeiros achados indicam a possibilidade da organização do espectro mais à direita do eixo ideológico proposto em uma disputa de todos contra o único partido eleitoralmente viável mais à esquerda do mesmo plano horizontal.

**Palabras clave:** Escolha Racional; Clivagens; Eleições;

---

<sup>1</sup> Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política (UFRGS), Advogado, Economista, Professor Adjunto I de Ciência Política na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);

## 1. INTRODUÇÃO

As eleições no estado Rio Grande do Sul podem ser percebidas como uma dramática síntese da política brasileira dos últimos anos. Talvez o Estado viva uma disputa da política contra a negação da política. Da organização de grupos sociais contra uma incipiente, mas conservadora classe média. A eterna disputa entre o coletivismo e o individualismo. Acreditamos que o resultado desse embate tenha muito a dizer sobre o futuro da democracia no Brasil

O presente trabalho busca responder se o grande condutor das eleições no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) está mais vinculado a ideia de clivagens, em uma disputa ideológica ou em uma espécie de individualismo racional. A questão é feita com base na verificação da forte polarização das eleições para este Estado da República e por apresentar como *player* relevante sempre o mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT).

O Rio Grande do Sul tem um traço fundamental de suas eleições majoritárias para o governo do estado duas características: muito forte polarização aliada a não reeleição do partido do governo em nenhuma das disputas no período de redemocratização. Desde a eleição de Olívio Dutra em 1998 com 2.844.767 votos, ou 49,49% dos votantes, quando a diferença entre ele e Britto foi de 1,5%, ou 87.366 votos uma polarização está bem delineada. Desde então, o lado derrotado estabeleceu imediatamente a sua estratégia: unir todos contra o PT e derrotá-lo, em dois anos, para as prefeituras e, em dois anos mais, para o governo do Estado. Deu certo.

Desde então o eleitorado gaúcho é tradicionalmente dividido em três terços de preferência política: um terço, votando “pela esquerda”, um terço votando sempre mais “à direita”, formando um polo conservador tradicional, e um terço “flutuante” – composto pelos setores intermediários da estrutura de classes do Estado- que se divide (ou se agrupa) em torno de alguma candidatura que consiga responder de forma mais convincente ao seu imaginário imediato ou consegue ser direcionada contra uma das forças dos terços mais extremados.

Os partidos que se estabelecem no espectro ideológico mais à direita do PT parecem ter entendido, até melhor do que muitos petistas, que a força da estratégia democrática e popular estava justamente na sua concepção: articular as lutas sociais e

populares a avanços e conquistas no plano institucional. Por isso, trataram de interpor bloqueios entre as propostas do governo e as demandas dos setores sociais que historicamente apoiaram o PT., em especial os servidores públicos.

Ou seja, trataremos que analisar se os resultados das eleições majoritárias municipais no estado do Rio Grande do Sul e seus *outputs*, apresentam alguma relação com as majoritárias estaduais para o governo e como operam seus atores sob a possibilidade da presença de certas clivagens.

## 2. NOVAS CLIVAGENS E VELHAS DEMOCRACIAS

O mais famoso estudo sobre clivagens políticas nas sociedades pós-industriais têm todos a mesma origem, a seminal obra de Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (Lipset and Rokkan 1967). O argumento central desses autores lança a constatação de que boa parte das clivagens políticas têm origens em meados do século XIX, juntamente com o nascimento dos partidos democráticos de massa. Desde então temos que quatro são as clivagens básicas a dominar o sistema eleitoral: religião, classe econômica, regionalismo e etnicidade.

Para Lipset e Rokkan (1967) as clivagens enquanto fenômeno político permitiram certa estabilidade (a ideia do congelamento) ideológico desses setores. Estudos comparativos procedidos por Rose e Urwin (1970) apoiados em dados de 17 casos nacionais indicaram que mesmo nos anos 1970 as clivagens enquanto fenômeno político seguiam como ideia eficiente politicamente. Da mesma forma que Bartolini e Mair (1990) verificariam duas décadas depois, os trabalhos indicavam uma certa estabilidade do eleitorado entre 1945 e 1970.

Intuitivamente o termo clivagem estaria arraigado a uma divisão entre grupos que contendem em algum nível. Apesar dessa conceitualização bastante definida, algumas disputas sobre sua precisão ainda são objeto de disputa neste campo da ciência. Nesse sentido esclarece Bornschieer (2009) de que apesar do termo seguir sendo adjetivado, certo consenso sobre entre os seguidores da linha Rokkaniana e seu legado emergiu do trabalho de Bartolini e Mair (1990) e que mais recentemente foi justificado por Bartolini (2005) em uma nova tríade.

Segundo o autor citado, devemos engendrar uma conceituação que admita a coexistência dos seguintes elementos para verificarmos que se trata de uma clivagem: (1) Social-Estrutural (religião, classes, status ou educação); (2) uma Identidade Coletiva desse grupo; (3) Manifestação Organizada em termos de ação coletiva ou organizações duráveis desses grupos. Para Bartolini (2005) trata-se de um *coumpoued divide*, mas devemos atentar para o fato do mesmo autor referir que sua conclusão é mais exemplificativa do que taxativa.

Entretanto, trabalhos que usam pesquisa empírica acabaram por encontrar, nos anos mais recentes, um declínio na importância das clivagens na cena eleitoral. Esse é o caso de do estudo de Franklin et al (1992) usando uma variável dicotômica direita-esquerda. Os mesmos autores também encontraram um declínio da influência das clivagens nos países anglo-americanos, seguido de uma queda posterior nos países europeus.

Na mesma linha Dalton (2002) apresenta a inexorabilidade da redução das clivagens de classe nas democracias ocidentais. Ao passo que o reconhecido trabalho de Inglehart (1990) noticia a formação de novas clivagens para além das tradicionais. Ou seja, o papel das clivagens segue sendo de grande importância para a Ciência Política. Como apontam Budet e Rubenson (2009), existem inúmeras razões para a perda de entusiasmo dos partidos políticos com as clivagens políticas. A principal delas é o medo dos partidos perderem apoio frente outros grupos caso sejam rotulados como o partido de determinado grupo, limitando seu alcance eleitoral.

Já Knutsen (2004), em um estudo comparado que refina a análise de Franklin et al (1992), introduzindo o conceito de “famílias de partidos” e o R2 de Nagelkerke no agregado para estimar o efetivo declínio de das clivagens, acaba por oferecer basicamente as mesmas conclusões, mas com um método mais aprimorado. No enteando, Budet e Rubenson (2009) propõe um modelo de análise para além da dicotomia direita/esquerda. Essa metodologia tenta resolver duas consequências inerentes ao modelo prévio: redução da variação temporal entre duas eleições dado que ignora as mudanças nos padrões do voto entre partidos de similitude ideológica, além do problema de não discriminação entre o apoio de clivagem entre os *catch-all parties* e os pequenos de *nicho ideológico*.

Pelo menos desde os anos 1980, quando novos conflitos passaram a fazer parte da agenda política nas economias mais desenvolvidas, a hipótese do *congelamento* das clivagens e sua validade começaram a ser postos em cheque (DALTON, FLANAGEN E BECK, 1984). Em um momento onde o próprio conceito e viabilidade de clivagens parece estar em risco, autores como Bornschier (2009) tentam indicar um caminho mais seguro de análise onde, a despeito das indicações do esfacelamento das clivagens tradicionais, o conceito em análise poderia ser acomodado mesmo com as mudanças dos sistemas de partidos que foram se verificando.

O mesmo autor parte da seguinte premissa: se os eleitores se tornaram disponíveis para serem mobilizados por pelos esforços de novos atores, as ligações entre grupos sociais e os partidos devem ter se enfraquecido. Nesse sentido, se grupos sociais deixaram de apoiar aos partidos que costumavam dar suporte, estaríamos verificando um *desalinhamento*, este podendo ser ou estrutural, ou comportamental (MARTIN 2000, LACHAT 2007).

No caso do desalinhamento estrutural, a modernização teria levado a um enfraquecimento dos grupos sociais sobre os quais estava constituída a velha estrutura de conflito. Assim, a evolução econômico-social, no longo prazo, teria desencadeado um enfraquecimento das clivagens estabelecidas anteriormente. O exemplo mais referido e referenciado sobre esta possibilidade traz o caso do encolhimento da classe trabalhadora na economia pós-moderna. Da mesma forma a secularização do estado e de parte da sociedade reduziu clivagem religiosa nos países ocidentais, apesar de eventuais episódios esporádicos. Por isso, um sistema de partidos que originariamente abrigaria estes conflitos, agora estaria menos arraigado na nova estrutura social se comparado com as décadas anteriores. Isso permitiria a abertura de *janelas de oportunidade* para a mobilização de novos conflitos. (BORNSCHIER, 2009).

De seu turno, o desalinhamento comportamental não está, necessariamente, vinculado a um gradual *trade off* na força dos grupos sociais. Nessa variação de desalinhamento as ligações entre os grupos sociais e os partidos ideológicos afetam as clivagens ou pelo arrefecimento de conflitos históricos ou por que as novas formas de conflito são suficientemente fortes para estabelecer novas divisões, diversas das anteriores, e impor uma nova agenda de conflito. Para Bornschier (2009) as novas questões dividem basicamente os mesmos grupos que contendiam dentro da arena de

conflitos anterior. Com a predominância dos antagonismos, é bastante provável que os partidos se posicionem de forma a angariar as abordagens do tema ideologicamente mais próximas.

Contudo, se os eleitores de determinado partido estão divididos sobre determinado tema, este partido tratará de evitar um posicionamento claro sobre a questão. Mas quando um tema não pode ser incorporado positivamente dentro da estrutura de conflito existente, é provável que um partido de dentro do sistema ou mesmo um novo partido acabe por incorporá-lo. Consequentemente os outros partidos acabarão forçados a se posicionarem e as ligações entre os grupos sociais e os partidos políticos podem acabar se reconfigurando. Na medida em que velhas conexões enfraquecem nesse processo de desalinhamento, novos e patentes temas podem conduzir à formação de novas vinculações, confirmando a *Teoria dos Realinhamentos Políticos* (MAYHEW 2000, DALTON, FLANAGAN, BECK 1984 e MARTIN 2000).

No entendimento de Martin (2000) pequenos realinhamentos ocorrem constantemente dentro de uma estrutura de conflito maior. Mas quando partidos se adaptam a uma nova estrutura de conflito temos um processo mais flagrante, que pode, muitas vezes, ser verificado através de inúmeras “*eleições críticas*” caracterizadas por alta volatilidade. Para Bornschier (2009) esse processo eruptivo estaria vinculado à inércia do sistema de partidos como consequência do *congelamento* de antagonismos históricos e a falta de respostas para as demandas de novos tempos em outra estrutura de conflito.

Martin (2000) desenvolveu uma aproximação da relação entre o conceito de clivagem e como ele se relaciona com as fases de mudança no sistema de partidos. Entende o autor que esse processo envolve basicamente três etapas bastante definidas que vão classificadas como níveis de análise.

No primeiro nível as forças da política se relacionam com a evolução da estrutura social no longo prazo, ou seja, as clivagens históricas. A ligação desse tipo de clivagem está relacionada com momentos-chave da conjuntura nacional, como os vinculados à revolução industrial e os nacionalismos enquanto forças criadoras de potencialidades estruturais capazes de serem mobilizadas pelos atores políticos. Quando as clivagens são mobilizadas e acabam sendo institucionalizadas no sistema de partidos,

acabam por reproduzir alinhamentos políticos de forma *path-dependent* até que outras transformações na estrutura social sejam capazes de criar novos potenciais capazes de irromper a velha ordem estrutural (MARTIN, 2000).

De outro lado, uma estrutura social em mudança não se traduz, necessariamente, em novos antagonismos dentro do sistema de partidos. Isso ocorre, segundo Martin (2000):

“(..) due to the force of existing alignments and the freezing of party systems along historical divides. The established parties will seek to avert the entry of new parties by responding to new potentials within the electorate, within the limits set by their historical position. The adaptation of the existing structure of conflicts to new potentials is the central focus of the theory of political realignments, which is situated at an intermediate level of analysis. The weakening of prevailing alignments and the emergence of conflicts cutting across a prevailing cleavage makes electoral coalitions, united by virtue of a cleavage, break apart and opens the way for the establishment of new links between social groups and political parties. (MARTIN, 2000, p. 426).

O último nível de análise abstrata está focado na ideia da política do dia-a-dia. Para Martin (2000) muitas vezes questões de menor importância a popularidade ou escândalos de corrupção afetam o resultado de eleições. Contudo eles raramente afetam os outros dois níveis de envolvimento político.

Bornschieer (2009) conclui que o desalinhamento comportamental é consequência de mudanças na oferta programática dos partidos. Se os partidos convergirem ideologicamente para outra clivagem com o intento de ampliar sua potencialidade eleitoral, os laços com a clivagem histórica se enfraquecem. Da mesma forma se perceberia esse enfraquecimento em partidos que continuassem a representar conflitos que não mais importassem para os eleitores. Por essas razões é que segue sendo importante a análise do grau de estabilidade ideológica dos partidos ou em que medida eles passam a adotar novas posições.

### 3. NOVAS CLIVAGENS E NOVAS DEMOCRACIAS

Van Biezen e Caramani (2007) anotam que “*O conceito de clivagem é produto de uma transformação muito específica que teve lugar exclusivamente na Europa*

*Ocidental*<sup>3</sup>”. A aplicação do conceito de clivagem fora das democracias europeias do Oeste sempre enfrentou grandes obstáculos. Seja pelas revoluções (nacional e industrial) fundamentais para o conceito terem ocorrido em momentos e em circunstâncias diferentes, seja pela falta de uma comprovação de efeitos mais duradouros sobre o sistema de partidos (RANDALL 2001 e CAMMACK 1994).

No caso da América Latina, onde a consolidação dos Estados e seus territórios, em grande medida, se deu dentro do período colonial e poucos países chegaram a ver algo comparável com as revoluções nacionais europeias, o conceito de clivagem pode parecer mais distante. Da mesma forma, o clientelismo como prática muito comum na região e o sufrágio universal (ainda que masculino) tendo surgido muito depois de uma ideia de classe na região parecem ter limitado o surgimento das clivagens no sentido mais europeu do termo.

Bornschier (2009) afirma que devemos notar que existem vários graus de enraizamento do sistema de partidos na sociedade em democracias novas, como as latino-americanas. Por isso o autor advoga a tese de que a aplicação do conceito nas novas democracias depende, em grande medida, de algumas modificações:

First, we must abstract from the European experience in looking for the critical junctures that have left a lasting stamp on party systems in some countries but not in others. (...) review some of the rare comparative work that has undertaken this step, (...). Secondly, a more adequate understanding of the role of agency in cleavage formation is necessary. Established elites may not only have an interest in, they may also be capable of shaping party systems and even of preventing social structure from manifesting itself in politics. (BORNSCHIER 2009, p. 7)

Certamente que a experiência democrática na América Latina tem como marco geral o primeiro quartil do século XX. Mas a recondução democrática após períodos autoritários (redemocratização) é um fenômeno muito mais recente e com algumas variações podemos enquadrá-lo nos anos de 1980/1990. Embora alguns sistemas nacionais apresentem partidos muito mais antigos, com raízes na própria formação da nação (como o caso do Uruguai), outros acabam por reconstruir seu sistema de partidos (com velhos e novos atores) do zero (caso do Brasil). Nesse contexto é flagrante que não

---

<sup>3</sup> “The concept of cleavage is the product of a very specific transformation that took place in Western Europe exclusively (van Biezen e Caramani 2007 p. 7-8).

encontremos clivagens da mesma forma como elas se verificam nos países desenvolvidos do centro europeu e estadunidense.

Como já demonstrado por Dix (1989) e Coppedge (1998) tendo em vista que os interesses dos industriais e dos terra-tenentes não eram conflitivos e que a consolidação do estado se deu, em boa medida, ainda sob domínio colonial e homogeneidade religiosa, isso dificultaria a presença de clivagens setoriais e/ou religiosas. Contudo, isso não explicaria porque não se percebem clivagens e partidos próprios de uma disputa de classes onde se verifica grande desigualdade social e econômica. A explicação estaria no fato da expansão do sufrágio ter se dado de relativamente cedo de “de cima para baixo”, com o controle das elites buscando uma estratégia de cooptação (DIX 1989).

Valendo-se da aplicação do conceito de *critical junctures* que Collier e Collier (1991) estabelecem como sendo a essência para a análise de clivagens, para a dinâmica política na América Latina, acabaram por realizar o mais relevante trabalho de viés e aplicação teórica sobre o tema. O trabalho foca sua análise na forma e no estado de incorporação do movimento operário na competição eleitoral partidária ao ponto de caracterizar um *congelamento* muito parecido com o visto nos modelos europeus.

Apesar de estar em aberto ainda hoje, sem um acordo conceitual preciso sobre o que poderia efetivamente ser tido como clivagem, seu apelo intuitivo, como verificado por Toká (1998), lhe garante excelência na Ciência Política enquanto categoria de análise. Isso porque uma definição mais abrangente do termo busca essencialmente a explicação das razões da estabilidade de algumas relações entre os partidos e seu eleitorado.

Especialmente no que diz respeito sobre as divisões nas novas democracias toda uma nova leva de autores vêm questionando as velhas tradições sobre os cortes de raiz dentro da estrutura social capazes de se estabelecer como clivagens. O conceito clássico parece sofrer de tamanhas limitações a própria aplicabilidade do conceito pode passar a não fazer sentido. Por isso, as análises começaram a flexibilizar e adaptar o conceito de clivagem para garantir seu apelo intuitivo e aplicabilidade metodológica, como define Enyedi (2005).

#### 4. Das Clivagens à Racional Choice

Dentro das linhas institucionalistas das ciências sociais, cada vez mais determinados processos políticos e sociais são descritos como influenciados pela noção de *path-dependency*. Esse conceito vem geralmente agregado e dando suporte a alguns aspectos cuja sistematização, em linhas gerais, se deve a Pierson (2000). Dentre os quais se destacam: (a) determinadas condições de tempo e sua sequência são importantes; (b) mesmo partindo de condições similares, uma ampla gama de resultados sociais é possível; (c) grandes consequências podem ser resultantes de pequenos eventos, ou até mesmo de eventos contingenciais; (d) determinados cursos de ação, uma vez tomados, podem se tornar irreversíveis.

O mesmo Pierson (2000) aponta que tais definições contrastam com conhecidas formas de explicação e argumentação vistas em ciência política, na qual, em regra, se atribuem grandes resultados a grandes causas e se valoriza a prevalência de resultados previsíveis e iguais para situações inicialmente similares ou idênticas. Além disso, o tempo de ocorrência e a sequência dos fatos são relativizados ou perdem sua relevância na análise. Além disso, sobre-estima-se a capacidade de atores racionais de desenvolverem e implementarem soluções ótimas aos problemas.

Por essas razões, a teoria piersoniana incorpora a necessidade de retornos crescentes ao *path-dependency* para uma análise mais apropriada. De seu lado, os mesmos retornos crescentes geram, ou podem gerar, processos de *self-reinforcing* ou *feedback* positivos. É exatamente a incorporação de retornos crescentes que garante racionalidade (mesmo que parcial) a uma análise *path-dependent*, ao mesmo tempo em que diminui sua aleatoriedade.

Com retornos crescentes os atores passam a ter fortes incentivos na busca de uma opção que garanta alguma vantagem inicial capaz de gerar *feedbacks* positivos. Uma vez garantidos os retornos, a simbiose entre retornos crescentes e o *feedback* positivo pode levar a uma escolha repetida por determinado caminho, de modo que a opção anterior interfere diretamente da opção seguinte, e assim sucessivamente.

Retornos crescentes são um fator verificável em processos de escolha de formas organizacionais alternativas. O modelo arthuriano permite estudar o processo de difusão dessas escolhas. Seu principal resultado é que, se a probabilidade de escolher uma

ação aumenta com sua adoção, as primeiras adoções do processo podem levar a selecionar uma delas e excluir as outras. Nesse contexto, procedimentos subótimos podem dominar a estrutura de longo prazo, já que eventos históricos acontecidos no começo do processo podem determinar equilíbrios arbitrários, mas estáveis.

Arthur (1994) aponta, em termos econômicos, que quatro são as características necessárias para que se produzam retornos crescentes: (a) estrutura fixa de custos, (b) processo de aprendizagem, (c) processo de coordenação e (d) expectativas adaptativas.

A estrutura fixa de custos, neste caso, é entendida como aquela capaz de conferir melhores resultados (*payoffs*) quanto mais adesão obtiver. Sendo os custos de manutenção desse sistema fixos, podem ser divididos entre todos seus aderentes, diminuindo o custo unitário. Quando existem poucas estruturas e com custos fixos muito elevados, indivíduos e organizações têm forte incentivo para identificar e buscar aderir a apenas uma delas, reduzindo o custo unitário.

Os processos de aprendizagem têm como base a ideia de que o uso contínuo de um sistema gera retornos maiores que o seu uso esporádico ou temporário. A repetição leva a que os agentes aprendam a usar de forma mais eficiente o sistema que lhes é proposto. Já os efeitos de coordenação estão presentes quando o retorno recebido por um agente, individualmente, por determinada opção é capaz de aumentar quando outros indivíduos também fazem uma. Quanto mais agentes fizerem a mesma opção, a capacidade de atração dessa opção aumenta à medida que é capaz de gerar mais retorno aos optantes.

Segundo a perspectiva das expectativas adaptativas, os agentes atualizam suas expectativas sobre o futuro dependendo da concretização ou não de suas expectativas no período anterior. Tal formulação pode ser descrita para termos de uma variável ( $Y$ ), na qual se supõe que  $Y_e$  é a expectativa de  $Y$  no período atual. Assim,  $(Y - Y_e)$  representa o erro da previsão no período anterior, ou o quanto a previsão não deu certo. Nas expectativas adaptativas,  $Y_{e+1}$  indica a previsão para o período seguinte pela atualização das de  $Y_e$  por meio de uma fração de erro previsto ( $\Gamma$ ):

$$Y_{e+1} = Y_e + \Gamma(Y - Y_e) ; \text{ onde } 0 < \Gamma < 1. \quad (1.1)$$

Percebe-se que a previsão de  $Y$  para o próximo período é a média ponderada da previsão do período anterior e o valor real de  $Y$  no período presente. Logo, reescrevendo (1.1):

$$Y_{e+1} = (1 - \Gamma)Y_e + \Gamma Y \quad (1.2)$$

Quando  $\Gamma=0$ , as expectativas ficam inalteradas de um período para o outro (inexistência de erro de previsão) e temos  $Y_{e+1} = Y_e$ . Quando  $\Gamma=1$ , erro total de previsão acarreta uma expectativa de reprodução do status atual, pois  $Y_{e+1} = Y$ .

A aplicação desse conceito-modelo leva em consideração o fato da periodicidade das eleições em um regime democrático, que conduz os agentes, em especial os eleitores, a atualizarem suas expectativas de futuro com base em seus erros anteriores de previsão sobre o desempenho atual dos agentes políticos, em especial daqueles que estão ou estiveram no governo. Ainda assim, um mecanismo mais sofisticado também atua na formação nas expectativas dos eleitores: a hipótese de expectativas racionais. Esta implica que os agentes incorporem rapidamente as informações disponíveis na formação das expectativas, que não cometam nem repitam erros simples, se dispõem de informações que as podem prevenir, e que as expectativas devem ser consistentes com o modelo que os agentes acreditam ser governante.

Pierson (2000) indica que, num contexto de *path-dependency* e retornos crescentes, a análise política deve ser caracterizada por outras quatro características adicionais ao modelo de Arthur (1994): (a) equilíbrio múltiplo, (b) contingenciamento, (c) tempo e sequência dos fatos e (d) inércia.

Sob um determinado conjunto de condições iniciais capazes de gerar retornos crescentes, certo número de resultados ou possibilidades se apresenta desde o início, indicando a possibilidade de múltiplos equilíbrios *ab initio*. O contingenciamento dos eventos, mesmo dos mais simples, ocorrendo no tempo apropriado, é capaz de resultar em consequências amplas e duradouras. Em um modelo *path-dependent* com retornos crescentes, quando um determinado evento acontece, pode ser crucial. Como os eventos anteriores podem afetar uma sequência futura de forma mais determinante que os eventos mais tardios, o momento da sua ocorrência pode ser fundamental ou, mesmo, estéril. Estabelecido um processo com retornos crescentes, um *feedback* positivo pode

determinar um único equilíbrio dentre os vários possíveis e a manutenção desse *feedback* pode conduzir a um caminho resistente a mudanças, um equilíbrio inercial.

No modelo ora proposto, retornos crescentes também têm outra face: partem da noção de que, quanto maior for o tamanho de determinada estrutura, maior será a vantagem de cada participante. Cada participante dessa estrutura é capaz de agregar valor ao sistema como um todo. Isso difere da noção de que, quanto maior o número de participantes, menor será o benefício de cada indivíduo que opte em participar da estrutura.

Hayek (1960) afirma que as lições de aprendizagem social são um processo de experiências cumulativas de gerações passadas. Esse processo consiste nas experiências que sobreviveram a um teste temporal e que acabam por se incorporar na nossa linguagem, tecnologia e instituições. O autor considera isso como a transmissão do nosso estoque de conhecimento no tempo (Hayek, 1960:27). Esse é o filtro primeiro da aprendizagem presente nesse processo incremental que é capaz de apontar os resultados (*payoffs*), embora não exista a garantia de uma solução do problema, apenas o poder de afetação dos eventos passados sobre os que estão por ocorrer.

As teorias da escolha racional procuram dar conta da análise dos sistemas políticos a partir do conceito de racionalidade. Anthony Downs em “Uma Teoria Econômica Da Democracia” tinha como objetivo evidenciar, através de um modelo de análise, que há uma regra comportamental concernente ao governo democrático. Seu ponto de partida estava no conceito de racionalidade, análogo à racionalidade da teoria econômica clássica, pressupondo que os agentes no campo da política têm comportamentos idênticos aos do campo da economia, ou seja, os indivíduos buscam maximizar seus interesses pessoais, os benefícios

Se na teoria econômica isso implica em que as empresas maximizam os lucros, assim como os consumidores maximizam a utilidade, no campo da política significa dizer que os partidos políticos têm por objetivo maximizar os votos, e os eleitores buscam maximizar seus benefícios analisando racionalmente seus ganhos em relação aos partidos que disputam o poder (DOWNS, 1999).

As eleições em uma democracia têm por excelência a finalidade de eleger um governo, portanto, um comportamento racional será exatamente aquele orientado para tal finalidade e nenhum outro. Esta asserção está ligada a necessidade de se conhecer os fins que os agentes buscam para que a partir desta evidência o pesquisador possa analisar se seu comportamento é racional, portanto, a racionalidade tem um caráter instrumental e está vinculada à ideia de eficiência quanto aos meios utilizados para atingir o objetivo, a racionalidade é então compreendida como a correspondência existente entre os meios e os fins, isto aplicado aos estudos dos partidos políticos.

O modelo de análise proposto por Downs (1999) considera a necessidade de estabilidade como fundamental para a sua aplicação, pois a avaliação tanto por parte dos partidos quanto dos eleitores somente pode ocorrer de maneira eficiente em um cenário no qual se mantenha um ordenamento, um grau de previsibilidade mínimo. De outro modo a variação constante das regras obscureceria a capacidade analítica dos indivíduos. Nesse sentido, o governo deve ser responsável pela estabilidade política, assegurando que as bases da democracia sejam garantidas, como por exemplo, as eleições periódicas, a garantia dos direitos individuais e a liberdade de expressão, em suma, os pressupostos da democracia liberal.

O postulado da racionalidade afirma que os agentes devem maximizar seus *payoffs* em um determinado quadro de possibilidades, de outra forma o comportamento seria considerado não-racional. Tsebellis (1998) em sua teoria dos jogos ocultos introduz o conceito de “jogos em múltiplas arenas” a partir do qual procura dar conta da problemática referente às escolhas dos agentes e da análise realizada pelo pesquisador, sem abandonar o princípio da racionalidade. Quando as escolhas dos agentes representam uma escolha subótima, em que os ganhos não foram os melhores possíveis, dir-se-ia que há um componente de irracionalidade ou de uma estratégia não eficiente.

Segundo Tsebellis (1998) as escolhas subótimas em verdade seriam apenas aparentes, o que há de fato é uma discordância entre as ações do agente e a análise do observador. As possibilidades de explicação emergem da suposição de que o agente de fato não maximizou seus *payoffs* ou então o observador não considerou a totalidade do jogo, ou seja, o conjunto dos jogos que estariam sendo jogados. No caso específico do agente a explicação de uma escolha subótima decorre da impossibilidade de se escolher racionalmente, mas isso não seria relevante para a análise dos fenômenos políticos. Em

segundo lugar, o agente teria cometido um erro, porém esse fato não pode se repetir com frequência, será esperado que o agente corrija seu comportamento. Quanto a avaliação daquele que observa;

Há também dois casos em que o observador pode não reconhecer o curso racional da ação. Primeiro, o observador comete um erro, pensando que a ação ótima é  $A^1$ , quando não é. Segundo, o observador pensa que o conjunto de ações possíveis se limita a  $A^1$ , quando não é o caso – pode haver algumas outras opções, inclusive alguma melhor que  $A^1$ . (TSEBELIS, 1998, p.22)

A abordagem da teoria dos jogos ocultos afirma que se a escolha dos agentes não representa uma estratégia ótima mesmo que haja um conjunto adequado de informações em posse do agente é necessário o tratamento do fenômeno a partir da inserção deste nas múltiplas arenas, em outras palavras não se deve admitir um componente não-racional sem o enfrentamento do fenômeno inserido em uma rede ou teia de jogos.

## 5. PREMISSAS E HIPÓTESES

Tendo como ponto de partida o marco teórico acima. Partiremos de algumas premissas para elaborar as hipóteses que trataremos de verificar neste artigo. As duas primeiras premissas derivam das conclusões do trabalho de Bodet e Ruberson (2009) que tratam de estabelecer que: (a) o apoio dos setores definidos como clivagens aos partidos políticos não é estável no tempo, pois (b) o processo de maturação política e a necessidade de se transformarem em *maximizadores* de votos para vencer eleições relega a lógica da clivagem a um segundo plano, sendo substituída pela lógica dos partidos *catch all*.

O nosso segundo conjunto de premissas estabelece a assunção do padrão piersoniano de expectativas adaptativas. Assim, assumimos que os agentes atualizam suas expectativas sobre o futuro dependendo da concretização ou não de suas expectativas no período anterior ( $Y_{e+1} = [1 - \Gamma]Y_e + \Gamma Y$ ). A outra é a admissão da possibilidade de escolhas subótimas quanto aos *payoffs*, em especial na escolha eleitoral de um partido não preferencial para barrar a vitória daquele que o eleitor considera o pior cenário possível.

Alguns ajustes metodológicos são necessários, como o fato do escalonamento dos partidos no eixo direita-esquerda levar em consideração não apenas o conteúdo programático, mas essencialmente a recorrência de coligações de primeiro turno entre eles. Dessa forma colocamos o PDT à direita do PT e à esquerda do PMDB. Para o caso do DEM e do PP optamos por um ajuste onde o primeiro se coloca mais à direita (sendo o partido mais à direita do espectro). Isso foi feito com base nas premissas dowsianas que estabelecem a correlação dos extremos em uma disputa espacial no modelo de hoteling.

Da mesma forma, tomaremos o Partido dos Trabalhadores como o caso de estudo e o player a partir do qual os demais eleitores tomam suas decisões por se tratar do único partido que esteve em todas as contendidas (incluídas as de segundo turno).

Nossas hipóteses a serem testadas são as seguintes: (H1) o Partido dos Trabalhadores representa, em alguma medida, uma certa clivagem; (H2) os eleitores que têm na vitória do Partido dos Trabalhadores o pior cenário, devem forçar uma estrutura de conflito clivagelístico como forma de ampliar a chance de derrota do PT;

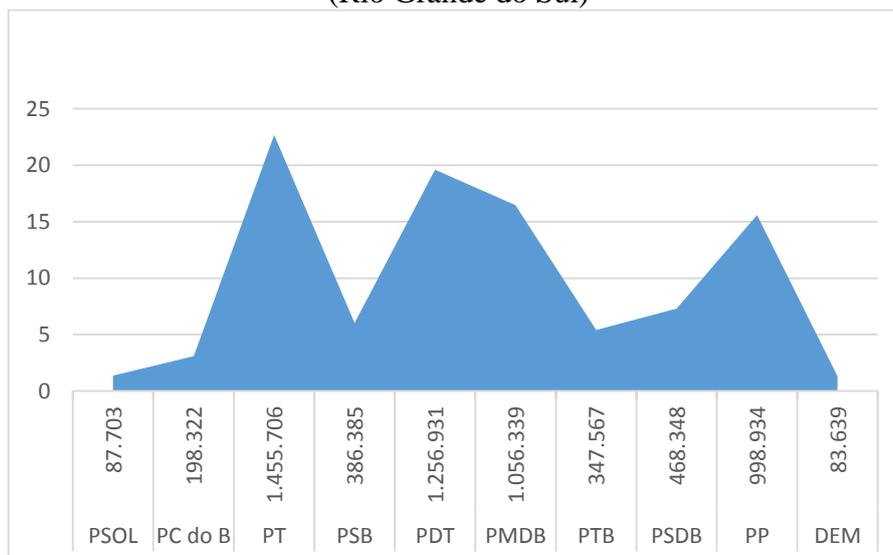
## 5. ANÁLISE PRELIMINAR E DADOS RELEVANTES

Identificar o Partido dos Trabalhadores (PT) como a força progressista dentro do espectro ideológico do Estado do Rio Grande do Sul pode não corresponder a uma verdade necessária. Mas dentro de uma análise dowsiana de estática e dinâmica de ideologias partidárias, podemos assumir, com algum risco, que os eleitores mais conservadores vêm no PT a única fórmula progressista eleitoralmente viável.

O Gráfico 1 indica a votação por partido nas eleições municipais de 2012 no estado do Rio Grande do Sul. Para a nossa análise inicial, estaremos utilizando esta eleição como paradigma na medida em que representa o mesmo perfil de quase todas as eleições do mesmo tipo (votos para os executivos municipais em primeiro turno). O que perceberemos é um modelo de escala de dinâmica partidária em um eixo ideológico construído de forma *ex post* às eleições. Sabemos dos riscos metodológicos envolvidos nesta escolha, mas a realização de um amplo *survey* de intenção de voto ainda não está ao alcance desta pesquisa, por hora.

GRAFICO 1  
Votos para prefeitos por partidos na Eleição de 2012

### (Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração Própria com dados do TRE-RS

O que notamos facilmente é um modelo de “três picos” onde o leitor médio gravita em torno do PDT e do PMDB. De outra banda, fica bem evidenciado que o PT é a força mais relevante e competitiva à esquerda. Da mesma forma, mas do outro lado do espectro ideológico temos que o PP é a força mais conservadora com relevância e poder de competição em potência.

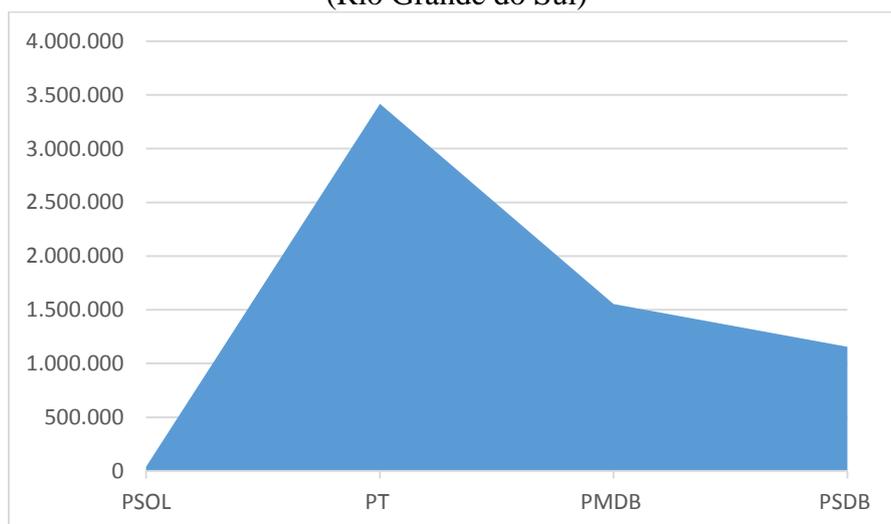
Da mesma forma como preceituado por Dows (1999), notemos que a posição relativa dos eleitores ou mesmo sua auto-identificação não são essenciais ao modelo, a essencialidade é que exista certo consenso sobre as posições relativas dos partidos. No nosso caso, como referimos nos elementos metodológicos, estamos por utilizar a frequência das coligações em nível estadual para definirmos as proximidades ideológicas. Nesse sentido devemos acatar a mesma suposição que as preferências do eleitor têm um único pico e se inclinam para baixo de forma uniforme em cada um dos lados do pico (salvo nos picos que se situem nos extremos).

Quando tratamos de averiguar as preferências dos eleitores na esfera estadual, o que percebemos é apenas o PT consegue realizar essa relevância competitiva potencial em todas as eleições. O que não ocorre com PP e ocorre de forma alternada com o PMDB. Além disso, o PSDB aparece como uma espécie de “ponto fora da curva”, vez que não têm relevância municipal de base, mas consegue, ao menos em uma eleição, apresentar-se como fórmula hegemônica mesmo em primeiro turno.

O que podemos perceber claramente é a limitação impostas pelo modelo downsiano ao reformar o proposto por Hotteling no sentido de uma limitação ao movimento ideológico bastante presente nas eleições do estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a integralidade e a responsabilidade partidárias criam uma certa imobilidade, impedindo grandes saltos ideológicos no eixo, mas não limitando, por regras eleitorais, a possibilidade das forças se aglutinarem.

O que perceberemos é que esta força de aglutinação sempre se dá da direita para a esquerda do eixo. Isso causa, ou é causa, da capacidade do PT de manter sua relevância na relação entre votos aos executivos municipais e ao executivo estadual. Isso acaba por garantir ao partido o status de player permanente e relevante em todas as disputas desde 2000.

GRAFICO 2  
Votos para governador por partidos na Eleição de 2010  
(Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração Própria com dados do TRE-RS

O gráfico 2 nos permite visualizar como em uma eleição já decidida em primeiro turno, as forças políticas sofrem forte aglutinação pela direita, onde se percebe a existência de coalizões (o gráfico apresenta apenas o partido líder da coligação), mas onde não vemos uma clara polaridade, mas sim uma posição hegemônica do PT sobre os demais concorrentes.

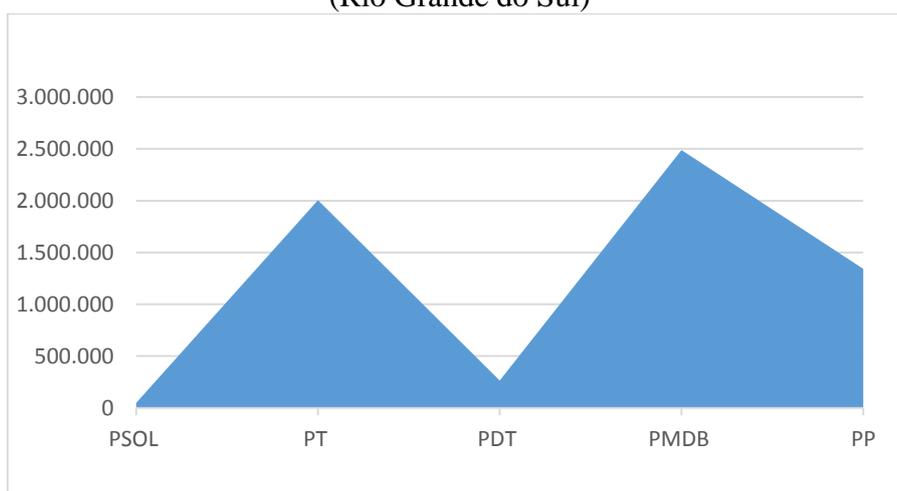
Se compararmos com o modelo padrão, nota-se que o PT avançou ideologicamente sobre o eleitorado do PDT que estava coligado com o PMDB, que acabou fracassando eleitoralmente. Os dados das eleições municipais indicam,

invariavelmente, que o eleitorado ao executivo municipal do PDT é um dos grandes players nas eleições estaduais.

A próxima série de gráficos mostra os resultados das eleições ao governo do estado do Rio Grande do Sul (votações de primeiro turno) que trazem de um lado o PT como *player* relevante, mas onde não foi capaz de suplantar o outro lado do eixo ideológico. Notemos, que, apesar dos gráficos 3 e 4 não identificaram os resultados de segundo turno, o partido que venceu o primeiro turno é sempre o vencedor do segundo, invariavelmente com uma diferença muito próxima ao somatório do seu lado do pico do eixo.

Em 2002, o candidato do PMDB, Germano Rigotto, fez 41,16% dos votos contra 37,25% do candidato Tarso Genro, do PT, no 1º turno. No 2º turno, Rigotto foi eleito com 52,67% contra 47,33% do Tarso. Em 2006, Yeda Crusius, do PSDB, fez 30,52% dos votos contra 25,40% do candidato do PT, Olívio Dutra, no 1º turno. No 2º turno, Yeda foi eleita com 53,95% dos votos e Olívio ficou com 46,05%. Em 2010, Tarso Genro, do PT, foi eleito pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul, em 1º turno, com 54,35% dos votos.

GRAFICO 3  
Votos para governador por partidos na Eleição de 2014  
(Rio Grande do Sul)



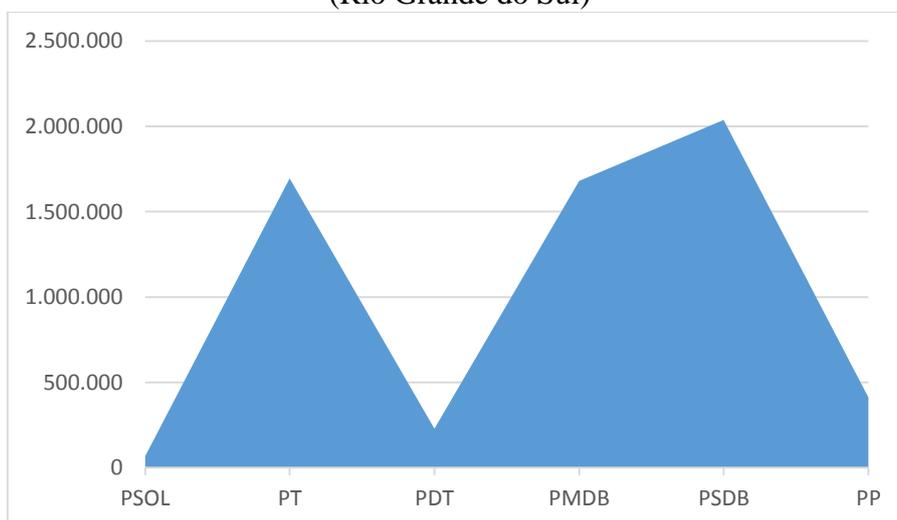
Fonte: Elaboração Própria com dados do TRE-RS

Como o movimento ideológico é restrito, não havendo ampla liberdade de movimentação sobre o eixo, permitindo mobilidade horizontal no máximo até onde (e

nunca além) do partido mais próximo de cada lado. Onde devemos entender a coligação como a sobreposição no eixo, o resultado é a garantia de um certo equilíbrio estável do sistema de partidos. Independentemente de uma correlação ideológica forte ou fraca com seu eleitorado.

Da mesma forma que na eleição de 2014, em 2006, a distribuição do voto pelo eixo proposto indica algo muito semelhante. O gráfico 4 apresenta uma distribuição muito similar com do gráfico 3. Ou seja, a distribuição de “três picos” da arena municipal se converte em uma distribuição com “dois picos”, diversamente das eleições onde o PT vence que apresentam clara hegemonia de um só partido.

GRAFICO 4  
Votos para governador por partidos na Eleição de 2006  
(Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração Própria com dados do TRE-RS

O gráfico 4 nos indica a tendência da distribuição do eleitorado para vitórias dos partidos mais conservadores. Essa linha de tendência, que obviamente necessita mais testes, indica para a necessidade, por parte dos partidos mais à direita do PT, no eixo proposto, em forçar forte polarização política antipetista, para poder vencer a eleição. O mais interessante é que esta polarização não necessita ser bipartidária, pelo contrário, será em uma arena multipartidária que a polarização será verificada, abrigando uma dicotomia PT e Anti-PT.

## 6. PRIMEIRAS VERIFICAÇÕES

De posse do conjunto teórico que apresentamos nos capítulos anteriores, que tentaremos verificar é a utilização de expectativas racionais adaptativas por parte dos partidos mais à direita do espectro ideológico proposto no sentido de buscar no tempo futuro (T+1), uma estratégia com base na verificação de *outputs* gerando expectativas (Te) na forma proposta pela teoria da *rational choice* como a apresentamos.

Os primeiros elementos que trazemos dão conta da necessidade de se estabelecer uma arena de conflito direto entre as forças mais conservadoras e as mais progressistas com viabilidade eleitoral. Acreditamos que, muito embora o eleitorado petista não se configure em uma clivagem específica, quiçá abarque, inclusive uma multiplicidade de clivagens ou sub clivagens, entendemos que os partidos mais à direita do eixo ideológico se movimentem com base na ideia de polarização da disputa, ainda que não de forma bipartidária.

Por isso acreditamos que a forma mais razoável para essa construção racional seja através da constituição de uma “clivagem fantasma”. Com isso queremos dizer que a existência real ou não de alguma clivagem específica dentro do PT não impostaria às forças mais conservadoras. O que interessa para estas é que o eleitorado acredite na existência dessa clivagem, seja ela uma realidade ou não.

Sabemos que esta assunção nos trará grandes e quiçá, a certa altura, intransponíveis problemas metodológicos, mas estamos dispostos a ariscar o teste de nossas hipóteses e buscar sua validade ou falseamento.

Certamente que a transição da esfera das eleições majoritárias municipais para a majoritária estadual não pode ser feita de forma simplista. Longe daquilo que pretendemos, em um estudo que apenas inicia, o que buscamos neste primeiro momento é uma indicação de que o argumento que propomos é plausível. Certamente que é bastante desafiador propor e efetivar um modelo ou método capaz de aprimorar os modelos de predição sobre os partidos atualmente em voga. Não cremos na inexistência de condicionantes racionais operando por dentro das expectativas gerais. Pois qualquer classe política institucionalizada tem o mesmo interesse frente ao seu eleitorado: vencer eleições (DOWNS, 1999; MAINWARING, 2001).

Nossos dados e correlações iniciais mostram um caminho a seguir, ainda que árduo e com resultados duvidosos em seu epílogo, tentamos construir uma alternativa à limitada verificação de casos e à ideia de que o sistema eleitoral é um indicador razoável e definidor das estratégias. Acreditamos que seja possível trabalhar um uma hipótese de expectativas construída sobre o *output* eleitoral. Nesse sentido trabalharíamos com uma explicação eleitoral *ex post* (resultados e expectativas) sobre o modelo de explicação *ex ante* determinado pelo sistema eleitoral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arthur, Brian W. (1994) *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. University of Michigan Press, Ann Arbor.

Bartolini, Stefano e Mair Peter. (1990). *Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates 1885–1985*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bartolini, S. (2005). *La formation des clivages*. *Revue Internationale de Politique Comparée*, 12(1), 9-34. Disponível em [http://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=RIPC\\_121\\_0009](http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=RIPC_121_0009) Acesso em: 30 de junho de 2015)

Bodet, M., & Rubenson, D. (2009). *Cleavage Politics and Party Support in Western Democracies: A Longitudinal Comparative Analysis*. Disponível em [http://www.politics.ryerson.ca/rubenson/downloads/Cleavages\\_mpsa.pdf](http://www.politics.ryerson.ca/rubenson/downloads/Cleavages_mpsa.pdf). Acesso em 29 de junho de 2015.

Bornschieer, Simon (2009) *Cleavage Politics in Old and New Democracies*. Living Reviews in Democracy. Center for Comparative and International Studies, ETH Zurich and University of Zurich

Collier, R. B., & Collier, D. (1991). *Shaping the Political Arena. Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.

Coppedge, M. (1998). *The Evolution of Latin American Party Systems*. In S. Mainwaring & A. Valenzuela (Eds.), *Politics, Society, and Democracy: Latin America* (pp. 171-206). Boulder: Westview Press.

Dalton, R. J., Flanagan, S. C., & Beck, P. A. (Eds.). 1984. *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies. Realignment or Dealignment?* Princeton: Princeton University Press.

Dix, R. H. (1989). *Cleavage Structures and Party Systems in Latin America*. *Comparative Politics*, 22(1), 23-37. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/422320>. Acesso em 26 de junho de 2015.

Downs, A. (1999) *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.

Enyedi, Z. (2005). *The role of agency in cleavage formation*. *European Journal of Political Research*, 44(5), 697-720. Disponível em <http://www.cla.wayne.edu/polisci/kdk/seminar/sources/enyedi.pdf>. Acesso em 20/06/2015.

Franklin, Mark, Thomas Mackie e Henry Valen. (1992). *Introduction*. In *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, ed. Mark Franklin, Thomas Mackie e Henry Valen. Cambridge: Cambridge University Press.

- Knutsen, Oddbjørn. (2004). *Social Structure and Party Choice in Western Europe: A Comparative Longitudinal Study*. New York: Palgrave MacMillan.
- Lachat, R. (2007). *A Heterogeneous Electorate: Political Sophistication, Predispositional Strength, and the Voting Decision Process*. Baden-Baden: Nomos.
- Lipset, Seymour Martin e Rokkan, Stein. (1990) *Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments*. In *The West European Party System*, ed. Peter Mair. Oxford: Oxford University Press.
- Lipset, Seymour Martin e Rokkan, Stein. eds. (1967). *Party Systems and Voter Alignments*. New York: Free Press.
- Martin, P. (2000). *Comprendre les évolutions électorales. La théorie des réalignements revisitée*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Mayhew, D. (2000). *Electoral Realignment*. *Annual Review of Political Science*, 3, 449-474.
- PIERSON, Paul. (2000). *Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics*. In: *The American Political Science Review*, Vol. 94, No. 2, (Jun., 2000), pp. 251-267. American Political Science Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2586011>. Acesso em: 12.04.2008.
- Randall, V. (2001). *Party systems and voter alignments in the new democracies of the Third World*. In L. Karvonen & S. Kuhnle (Eds.), *Party Systems and Voter Alignments Revisited* (pp. 238-260). London and New York: Routledge.
- Rose, Richard e Urwin, Derek. (1970) *Persistence and Change in Western Party Systems since 1945*. *Political Studies* 18:287-319.
- Tavares, J. A. (1997) *Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar*. In: LIMA JR, Olavo Brasil de. *O Sistema Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Toká, G. (1998). *Party Appeals and Voter Loyalty in New Democracies*. *Political Studies*, XLVI, 589-610, doi:10.1111/1467-9248.00156.
- Tsebellis, G. (1998). *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Van Biezen, I., & Caramani, D. (2007). *Cleavage Structuring in Western vs Central and Eastern Europe: State Formation, Nation-Building and Economic Modernization*. Paper presented at the ECPR Joint Sessions, Helsinki.